



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS - SEFIS/DEA/CGPLAM/DLOG/PF

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2534761/2017-SEFIS/DEA/CGPLAM/DLOG/PF

Processo nº 08200.012102/2016-07

1. **DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia de manutenção, para prestação de serviços contínuos de operação, supervisão, assessoramento técnico, manutenção preventiva, corretiva e preditiva, bem como realização de serviços eventuais diversos correlatos, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais pertencentes a Polícia Federal em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Valor
1	Serviços contínuos de operação, supervisão, assessoramento técnico, manutenção preventiva, corretiva e preditiva, bem como realização de serviços eventuais diversos correlatos, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais pertencentes a Polícia Federal.	R\$ 1.332.022,24

1.2. Tratando-se de um contrato de manutenção, é composto por um grupo único com três itens: mão de obra permanente e eventual e serviços provisionados, peças e materiais. A mão de obra permanente é um valor fixo do custo, sendo pago mensalmente à Contratada. A estimativa de mão de obra eventual e de serviços provisionados, peças e materiais é um valor que só é pago quando determinado componente precisa ser substituído ou adquirido, sendo um custo variável. Os valores orçados para mão de obra e serviços são descritos nos anexos IX, XI e XVIII.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Valor
		R\$ 858.642,30

1	Mão de obra Permanente	
2	Mão de obra Eventual	R\$ 11.341,26
3	Serviços Provisionados, Peças e Materiais	R\$ 462.038,68
4	Total	R\$ 1.332.022,24

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A execução dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos diversos sistemas prediais das instalações da Polícia Federal, conforme discriminado no item 4.1, é imprescindível para preservação e conservação das características de funcionamento, segurança, conforto ambiental, qualidade do ar e higiene, necessários para a continuidade das atividades do órgão.

2.2. A Polícia Federal, nas suas instalações localizadas em Brasília-DF, identificadas no item 4.1, utiliza vários sistemas, máquinas e equipamentos que apresentam elevada complexidade e que, por isso, exigem conhecimentos técnicos especializados em engenharia e manutenção predial, de forma a garantir seu perfeito funcionamento. Entre estes sistemas, as instalações prediais elétricas, hidráulicas, sanitárias, de ar condicionado e outras no mesmo nível de complexidade devem ser inspecionadas periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo um adequado padrão operacional. A falta de manutenção predial preventiva pode resultar em mau funcionamento do sistema, ineficiência energética e acidentes com vítimas.

2.3. Os sistemas e os equipamentos necessitam, com frequência, de manutenção corretiva, para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados. Ademais, a constante ampliação das atividades desta Contratante impõe a necessidade de adequações e ampliações nos sistemas citados, de forma a atender a demanda dos ambientes de trabalho, como, por exemplo, a instalação de novas luminárias, aparelhos de ar condicionado e pontos elétricos.

2.4. Considerando que a Contratante não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução rotineira dos serviços descritos e também que tais atividades não constituem objeto da instituição, justifica-se a contratação da prestação dos serviços visando à execução das atividades de manutenção – preventiva, corretiva e preditiva - de forma ininterrupta e continuada, com disponibilidade de serviços de plantão, emergenciais e eventuais, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e conforto dos usuários, das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, consoante o Decreto nº 2.271/1997 e Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 2/2008.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, assim definidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, devendo ser contratados por procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados nas instalações prediais localizadas em Brasília- DF, conforme discriminado abaixo:

4.1.1. Edifício Sede da Polícia Federal, endereço SAS Quadra 6, lote 9/10;

4.1.2. Edifício da Coordenação de Aviação Operacional, endereço Aeroporto Internacional de Brasília – Setor de Hangares.

4.2. Abrangência dos Serviços

4.2.1. Prestação de serviços contínuos de engenharia especializados na operação, manutenção preventiva, corretiva e preditiva, bem como realização de serviços eventuais correlatos, nos sistemas, redes e instalações elétricas, hidrossanitárias e de águas pluviais, de combate e prevenção a incêndios e de ar condicionado, ventilação e exaustão, existentes ou que venham a existir nas instalações prediais desta Contratante localizadas no Distrito Federal.

4.2.1.1. A prestação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva bem como dos serviços eventuais, incluem o fornecimento de mão de obra, ferramentas, instrumentos, equipamentos e todos os materiais necessários para a execução dos serviços, na totalidade dos sistemas descritos, e de acordo com:

- A especificação dos serviços constantes no presente Termo de Referência;
- Normas Técnicas estabelecidas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- Orientação técnica dos fabricantes, de modo a preservar a vida útil e desempenho dos equipamentos, instrumentos e materiais;
- Otimização do consumo.

4.2.1.2. A prestação dos serviços de manutenção corretiva será desenvolvida imediatamente após a ocorrência de defeitos, falhas, desempenho insuficiente ou fadigas de materiais.

4.2.1.3. A descrição dos equipamentos, instalações e sistemas existentes encontra-se detalhada no Anexo I – Características gerais dos Imóveis, do presente Termo de Referência.

4.2.1.4. A omissão na descrição de quaisquer partes ou equipamentos existentes, ou a substituição/alteração de suas características no decorrer do contrato, não exime a Contratada da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência com relação às partes omitidas/substituídas/alteradas, desde que estas sejam integrantes dos sistemas mantidos.

4.2.2. Assessoramentos técnicos e administrativos referentes a todas as atividades relacionadas com o escopo do objeto da licitação, incluindo:

- Elaboração de relatórios e de Plano de Manutenção anual e complementações mensais;
- Cadastro de instalações e equipamentos;
- Acompanhamento e suporte à Fiscalização para serviços de terceirizadas;
- Coordenação de atividades de apoio integradas às rotinas de manutenção corretiva, preventiva, preditiva e de eficiência energética;
- Estudos e pareceres sobre a condição operacional dos equipamentos e sistemas instalados.

4.2.3. Os serviços objeto deste Termo de Referência estender-se-ão a novas partes e equipamentos que venham a ser instalados nos sistemas mantidos, pela Contratada ou por terceiros, nos locais descritos no item 4.1, sem quaisquer custos adicionais para a Contratante

4.3. Normas de Execução e Recebimento dos Serviços

4.3.1. Os **serviços contínuos** de Manutenção Preventiva, Corretiva e Preditiva serão realizados de acordo com o Anexo II – Rotina de Execução dos Serviços de Manutenção.

4.3.2. Os **serviços eventuais** de manutenção serão realizados em conformidade com o Anexo III – Procedimentos de Execução dos Serviços Eventuais.

4.3.3. Os equipamentos, aparelhos e ferramental constantes da relação exemplificativa inserta no Anexo V – Equipamentos, Instrumentos e Ferramental Básicos serão disponibilizados pela Contratada tanto na prestação dos serviços contínuos descritos no Anexo II – Rotina de Execução dos Serviços de Manutenção quanto dos serviços eventuais elencados no Anexo III – Procedimentos de Execução dos Serviços Eventuais.

4.3.3.1. A lista constante no Anexo V – Equipamentos, Instrumentos e Ferramental Básicos **não é exaustiva**. A Contratada estará obrigada a disponibilizar quaisquer outros equipamentos, instrumentos e ferramental básicos que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

4.3.3.2. Com relação aos **serviços contínuos**, os custos (imobilização/depreciação etc) referentes aos equipamentos, instrumentos e ferramental básicos (Anexo V – Equipamentos, Instrumentos e Ferramental Básicos) comporão uma parcela dos valores constantes do Anexo XII – Modelo de Planilha de Custos e de Formação de Preços de Mão de Obra para Execução dos Serviços Contínuos (para preenchimento da Licitante).

4.3.3.3. Quanto aos **serviços eventuais**, a utilização de equipamentos, instrumentos e ferramental básicos (Anexo V – Equipamentos, Instrumentos e Ferramental Básicos) **não acarretarão qualquer ônus adicional para a Contratante**, face ao fato dos respectivos custos comporem uma parcela dos valores referentes à Mão de Obra para a Execução dos Serviços Contínuos (Anexo IX), conforme especificado no respectivo subitem.

4.3.4. As peças e materiais discriminados no Anexo VI – Peças e Materiais serão disponibilizados pela Contratada tanto na prestação dos serviços contínuos descritos no Anexo II – Rotina de Execução dos Serviços de Manutenção quanto dos serviços eventuais elencados no Anexo III – Procedimentos de Execução dos Serviços Eventuais.

4.3.5. Todos os materiais, ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários para a realização dos serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva, reparos e adaptações, objeto destas especificações, serão fornecidos pela empresa Contratada, cuja obrigação abrangerá também o acondicionamento, transporte e demais procedimentos relacionados com a colocação e/ou disponibilização no local.

4.3.5.1. Na eventualidade de necessidade de troca de peças e materiais não discriminados no Anexo VI – Peças e Materiais, na execução dos serviços de manutenção previstos no escopo deste Termo de Referência, seu fornecimento pela Contratada ficará condicionado à aprovação prévia pela Fiscalização. Os valores a serem remunerados neste caso não poderão ser maiores do que os contidos no SINAPI e deverão ser comprovados através de nota fiscal, e na falta deste deverão ser utilizados outras fontes oficiais de consulta ou três cotações de mercado, devidamente comprovadas por meio de e-mail, salvo casos emergenciais devidamente justificados.

4.3.6. Os **serviços contínuos e eventuais** de Manutenção Preventiva e Corretiva (Anexo II – Rotina de Execução dos Serviços de Manutenção e Anexo III – Procedimentos de Execução dos Serviços Eventuais) nos quais seja necessária a utilização de peças e/ou materiais constantes do Anexo VI – Peças e Materiais, bem como a utilização de peças e/ou materiais a serem adquiridos conforme item 4.3.5.1 acima, somente serão realizados mediante emissão prévia da respectiva **OS – Ordem de Serviço**.

4.3.6.1. Para a confecção da OS a Contratada fornecerá, previamente, orçamento detalhado, com o código, descrição, valores unitários e totais dos materiais a serem utilizados, bem como observados os requisitos estabelecidos nos itens 4.3.5 e 4.3.5.1 acima, para aprovação da Fiscalização.

4.3.6.2. Os **Serviços Eventuais** somente serão realizados mediante a emissão de OS, na qual constará, entre outras informações, a descrição do serviço, bem como orçamento detalhado dos custos e quantidade de mão de obra e materiais envolvidos, de acordo com as planilhas anexas ao Contrato.

4.3.7. Os valores unitários de cada peça e/ou material listados no Anexo VI – Peças e Materiais serão aqueles propostos pela Licitante Vencedora, os quais constarão do Anexo XIV –

Modelo de Planilha de Custos e de Formação de Preços para Peças e Materiais (para preenchimento da Licitante).

4.3.8. Os valores correspondentes à utilização das peças e/ou materiais elencados no Anexo VI – Peças e Materiais, bem como aqueles que eventualmente não constem do referido anexo, conforme item 4.3.5 acima, quando da execução de **serviços contínuos e eventuais** de Manutenção Preventiva e Corretiva, serão faturados juntamente com o valor mensal a ser pago à Contratada pela prestação dos serviços descritos no Anexo II – Rotina de Execução dos Serviços de Manutenção e Anexo III – Procedimentos de Execução dos Serviços Eventuais, estando tais despesas limitadas ao valor anual estimado.

4.3.8.1. Os valores a serem remunerados à Contratada não poderão ser maiores do que os contidos no SINAPI e deverão ser comprovados através de nota fiscal. Apenas na impossibilidade de uso do SINAPI, deverão ser utilizadas, na ordem que se segue, fontes de outros órgãos públicos, tabelas de revistas especializadas (Ex.: PINI) ou pesquisa de mercado (três cotações), sendo que, nesse último caso, devidamente comprovadas por meio de e-mail, salvo casos emergenciais devidamente justificados.

4.3.9. As Ordens de Serviços serão emitidas por meio do Software de Gerenciamento, descrito no item 4.6.

4.3.10. A critério da Contratante, a Contratada prestará os serviços descritos no Anexo III – Procedimentos de Execução dos Serviços Eventuais, para atendimento de necessidades que extrapolem os planos de manutenção preventiva e corretiva de caráter rotineiro (Anexo II – Rotina de Execução dos Serviços de Manutenção).

4.3.11. As despesas decorrentes da realização de **Serviços Eventuais** deverão observar os valores dispostos no Anexo XIII – Modelo de Planilha de Custos e de Formação de Preços de Mão de Obra para Execução dos Serviços Eventuais (para preenchimento da Licitante), o qual constará como Anexo do Contrato, estando tais despesas limitadas ao valor anual estimado.

4.3.12. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a Contratante, e que não tenham sido autorizados por meio de OS – Ordem de Serviço, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à Contratada qualquer alegação em contrário.

4.3.13. Os **Serviços Eventuais** somente serão considerados executados mediante a aprovação da Fiscalização de todas as etapas, incluídas a retirada dos entulhos e materiais inservíveis, a reconstituição das partes danificadas, se for este o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.

4.3.14. O recebimento e a aceitação dos serviços que compõem cada Ordem de Serviço para Serviços Eventuais dar-se-ão da seguinte forma:

4.3.14.1. **Provisoriamente:** em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação, da conclusão dos serviços pela Contratada, após a realização de teste de conformidade e verificação das especificações técnicas do Termo de Referência e do Orçamento Aprovado, que será efetivado pela Fiscalização.

4.3.14.2. **Definitivamente:** em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, após a realização de teste de conformidade e vistoria, mediante a lavratura de termo de aceite, que será assinado pelas partes, para que seja configurado o recebimento definitivo.

4.3.15. Se após o Recebimento Provisório de Serviços Eventuais for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à Contratada, o prazo para a efetivação do Recebimento Definitivo será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.

4.3.16. Independentemente da vigência do contrato, os **Serviços Eventuais** executados deverão ter garantia mínima de 6 (seis) meses, contado do Recebimento Definitivo dos serviços.

4.3.17. Durante o prazo de garantia, a Contratada ficará obrigada a reparar qualquer defeito relacionado à má execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a Contratante.

4.3.18. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto no subitem 4.3.16.

4.3.19. A critério da Contratante, os recebimentos provisório e definitivo serão realizados de forma eletrônica, por meio do software de gerenciamento de manutenção.

4.3.20. Os serviços objeto do contrato deverão, sempre que possível, serem realizados durante o horário normal de expediente da Edificação, desde que não venham a prejudicar o funcionamento normal da mesma. Para a execução de serviços que possam prejudicar o bom funcionamento da Edificação e causar incômodo em demasia aos ocupantes da mesma, poderão/deverão serem realizados aos sábados, com a autorização prévia da Fiscalização.

4.3.20.1. A Contratada obrigará-se ao cumprimento de Acordo de Níveis de Serviço, conforme indicadores constantes no Anexo VII – Acordo de Níveis de Serviço, sujeitando-se às sanções financeiras por metas não atingidas.

4.4. Equipe Técnica Permanente de Execução dos Serviços

4.4.1. A Contratada deverá disponibilizar e manter nas dependências da Contratante, toda a mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência.

4.4.2. A formação e atribuições dos profissionais, bem como quantitativos mínimos exigidos para a equipe técnica, encontram-se descritos no Anexo IV – Equipe Técnica Permanente de execução dos Serviços Contínuos.

4.4.3. A distribuição dos profissionais nas diferentes instalações da Contratante descritas no item 4.1 deste Termo de Referência será determinada pela Fiscalização do contrato.

4.4.4. A escala comum de trabalho será estabelecida pela Fiscalização, em comum acordo com a Contratada, podendo acontecer no período das 7h (sete horas) às 19h (dezenove horas), sendo concedido o intervalo de, no mínimo, 1 (uma) hora para o almoço.

4.4.5. Deverá ser realizada escala de trabalho entre os eletricitistas, de forma que haja um plantonista no turno do dia e um plantonista no turno da noite, de segunda a segunda.

4.4.6. O eletricitista plantonista permanecerá no Edifício Sede, podendo, em caso de necessidade, ser deslocado para quaisquer das unidades mencionadas no item 4.1 deste Termo de Referência. Tal transporte será de responsabilidade da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante, sendo vedado a utilização de transporte coletivo para tal fim.

4.4.7. As atividades a serem desenvolvidas em áreas energizadas deverão contar com profissionais devidamente qualificados para os diversos níveis de tensão exigidos. Caso a fiscalização constate o descumprimento desta determinação isso se constituirá em falta grave podendo ensejar, inclusive a rescisão contratual.

4.4.8. A Contratada assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, responsabilizando-se também pelos danos decorrentes da má execução desses trabalhos.

4.4.9. A realização pela Contratada de qualquer elemento ou seção de serviços implicará a tácita aceitação e ratificação por parte dela, dos materiais, processos e dispositivos adotados e preconizados para o elemento ou seção de serviço executado.

4.4.10. Os demais profissionais necessários à realização dos serviços, e aqui se incluem os eventuais e emergenciais, deverão ser disponibilizados pela Contratada, na medida das solicitações feitas.

4.4.11. Com exceção do Encarregado Geral e do Engenheiro Responsável, os profissionais que serão disponibilizados e mantidos nas dependências da Contratante realizarão apenas os serviços de manutenção preventiva e corretiva de rotina, sendo que para os serviços eventuais a Contratada não poderá utilizá-los, a menos que expressamente autorizado pela Fiscalização.

4.5. Relatório Mensal

4.5.1. A Contratada deverá fornecer, mensalmente, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico, elaborados em editor de texto licenciado, e compatível com a última versão usada pela

Contratante, conferido e assinado pelo(s) Engenheiro(s) Responsável(is), sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:

- 4.5.1.1. Check-list das rotinas de manutenção preventiva e preditiva, com a data efetiva de realização de cada procedimento;
- 4.5.1.2. Descrição das manutenções corretivas realizadas, com indicação das pendências, quando houver, e as razões de sua existência;
- 4.5.1.3. Apresentação dos dados, na forma de gráfico e tabelas, das medições realizadas nos sistemas e equipamentos da Contratada, inclusive com a apresentação de gráficos comparativos com meses anteriores;
- 4.5.1.4. Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços incluindo faltas de energia, performance dos equipamentos, etc;
- 4.5.1.5. Planilha de peças e materiais substituídos por defeitos ou desgaste;
- 4.5.1.6. Cópia das fichas histórico dos equipamentos que sofreram manutenção corretiva no período;
- 4.5.1.7. Sugestões sobre reparos preventivos e modernizações cuja necessidade tenha sido constatada acompanhadas de parecer sobre o estado geral da instalação, assinadas pelo(s) responsável(is) técnico(s);
- 4.5.1.8. O relatório mensal referente ao último mês, término ou rescisão contratual, deverá ser elaborado, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término dos serviços, com a supervisão da Fiscalização, constando o detalhamento dos equipamentos e instalações, nos termos do relatório preliminar (primeiro mês), descrevendo as condições em que se encontram as instalações e equipamentos a serem repassados à sucessora findo o Contrato;
- 4.5.1.9. Sempre que solicitado, a Contratada deverá apresentar relatório complementar de atividades, independente do relatório mensal, bem como elaborar pareceres, laudos técnicos, avaliações, estudos de viabilidade técnica econômico sobre quaisquer instalações e equipamentos incluindo necessidades de novas instalações;
- 4.5.1.10. A apresentação de todos os relatórios, pareceres, laudos, estudos deverão ser encaminhados através do(s) responsável(eis) e ou co-responsável(eis) técnico(s) pelos serviços do objeto contratado;
- 4.5.1.11. Para elaboração de trabalhos técnicos cujo conhecimento técnico extrapole as condições da Equipe Técnica, a Contratada deverá utilizar-se do Apoio Técnico externo às suas expensas.

4.6. Software para Gerenciamento e Controle da Atividades

- 4.6.1. A Contratada deverá disponibilizar software específico e apropriado para gerenciamento e controle das atividades, com as seguintes características mínimas:
 - 4.6.1.1. Operar em ambiente web-internet;
 - 4.6.1.2. Utilizar servidor próprio e exclusivo, ou de terceiros, desde que garantida a segurança, integridade e confiabilidade das informações lançadas;
 - 4.6.1.3. Trabalhar em ambiente Windows;
 - 4.6.1.4. Trabalhar em língua portuguesa;
 - 4.6.1.5. Operar em rede TCP/IP;
 - 4.6.1.6. Permitir a implantação do cadastro de todos os equipamentos das instalações que fazem parte do escopo dos serviços;
 - 4.6.1.7. Conter módulo para implantação do Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC);
 - 4.6.1.8. Monitorar os equipamentos e/ou sistemas prediais cadastrados através do consumo de energia ativa e reativa, consumo de água, corrente e voltagem por fase de

alimentação dos equipamentos, etc., com disponibilização dos dados através de tabelas e gráficos;

4.6.1.9. Gerenciar programas de manutenção preventiva de equipamentos e/ou sistemas prediais com emissão programada e automatizada de listas de verificação e medição (check list);

4.6.1.10. Permitir a criação de um banco de conhecimento de rotinas de manutenção que possa ser consultado, incorporado e aprimorado, agilizando a implementação das rotinas;

4.6.1.11. Permitir o cadastramento de solicitação de serviços pela Internet pelos usuários e pela Fiscalização;

4.6.1.12. Permitir o acompanhamento de todo o processo de emissão e encaminhamento das ordens de serviços;

4.6.1.13. Permitir a disponibilização histórica de indicadores de qualidade de atendimento em forma gráfica;

4.6.1.14. Emitir relatórios das quantidades de chamadas recebidas por usuários, com possibilidades de filtragem por período e tipo de problema/solicitação;

4.6.1.15. Emitir relatórios e gráficos das chamadas, constando o tempo de atendimento, técnico responsável, problema, setor solicitante, etc;

4.6.1.16. Permitir que os usuários efetuem consultas no sistema, via web, sobre a situação das suas solicitações;

4.6.1.17. Emitir relatório mensal quanto a todos os parâmetros cadastrados por tipo de serviço: manutenção preventiva, manutenção corretiva, manutenção preditiva e gráficos de acompanhamento do atendimento;

4.6.1.18. Emitir relatórios de utilização de materiais, por tipo ou período;

4.6.1.19. Possuir interface gráfica de fácil utilização;

4.6.1.20. Trabalhar de acordo com fluxograma apresentado no Anexo VIII;

4.6.1.21. Permitir a limitação de acesso a módulos e funcionalidades específicas por meio de senha pessoal;

4.6.1.22. Este software deverá ser apresentado à Contratante, para efeitos de aprovação, em no máximo 30 (trinta) dias corridos, sendo que deverá estar plenamente operacional em no máximo 60 (sessenta) dias, sendo todos os prazos contados a partir da data de assinatura do contrato.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A demanda do órgão para a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia de manutenção engloba as seguintes áreas:

5.1.1. Instalações elétricas com estudos de consumo, planejamento e visando adaptações ao PROCEL e sistema com grupos geradores de emergência;

5.1.2. Sistema de UPS modular (No-Break);

5.1.3. Sistema de distribuição elétrica por barramentos blindados, cofres de derivação e acessórios;

5.1.4. Instalações hidrossanitárias e de águas pluviais incluindo esgotos e sistema hidropneumático para água potável;

5.1.5. Instalações de prevenção e combate a incêndio com hidrantes, automático de sprinklers, extintores de incêndio e detectores de fumaça, incluindo sistema de proteção contra descargas atmosféricas;

5.1.6. Sistema de ar condicionado central, split system e aparelhos de janela;

5.1.7. Serviços eventuais diversos relacionados aos sistemas mantidos, tais quais: instalação e remanejamento de circuitos elétricos, instalação e remanejamento de equipamentos de ar condicionado, tubulações de água gelada, dutos, rede frigorígena, instalação de luminárias, substituição de lâmpadas e equipamentos hidrossanitários, instalações hidráulicas;

5.1.8. Serviços de efficientização energética em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, integrada às rotinas de manutenção das instalações e sistemas prediais.

5.2. A descrição detalhada dos equipamentos, instalações e sistemas existentes se encontra no Anexo I – Características Gerais dos Imóveis.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços executados e os materiais empregados deverão obedecer a toda as normas atinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas, mais especificamente às seguintes normas:

6.1.1. Normas e especificações constantes deste Termo de Referência.

6.1.2. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

6.1.3. Normas do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO e suas regulamentações.

6.1.4. Regulamentos das empresas concessionárias.

6.1.5. Prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos.

6.1.6. Normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas.

6.1.7. Leis e Resoluções relativas ao Meio Ambiente:

Resolução CONAMA nº 307, de 5 de Julho de 2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

6.1.8. Leis e Resoluções relativas a sistemas de climatização e qualidade do ar interior:

6.1.9. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes e suas atualizações:

6.1.9.1. NBR 5.410 - Instalações elétricas de baixa tensão.

6.1.9.2. NBR 5.419 - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas.

6.2. Acordo de Níveis de Serviço (ANS)

6.2.1. Acordo de Nível de Serviço – ANS: é um ajuste escrito, anexo a este Termo de Referência, que define, em bases compreensíveis, tangíveis objetivamente, observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;

6.2.2. Os indicadores do ANS, previstos no anexo VII, serão o “Prazo de Atendimento das Ordens de Serviços (OS)” e “Prazo de Execução das Ordens de Serviços de Manutenção e suas Sanções”.

6.2.3. A Contratada deverá iniciar e concluir os serviços, cumprindo as metas estabelecidas no ANS, atendendo o prazo e a qualidade esperados e assumindo o ônus das sanções impostas pelo ANS.

7. UNIFORMES

7.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados, exceto aos engenheiros, deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante,

compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.

7.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

- 7.2.1. Calça comprida tipo “jeans” ou sarja;
- 7.2.2. Camiseta ou camisa;
- 7.2.3. Par de sapato ou botina com sola de borracha, de acordo com a categoria profissional;
- 7.2.4. Par de meia.

7.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

- 7.3.1. Tecido resistente e confortável;
- 7.3.2. Identificação discreta da empresa;
- 7.3.3. Uniforme diferenciado para o Encarregado;

7.4. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

- 7.4.1. 03 (três) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;
- 7.4.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

7.5. O modelo ou padrão do uniforme deverá ser apresentado à Administração, para aprovação.

7.6. Somente o sapato ou a botina poderão ser substituídos a cada 12 (doze) meses se, ao final de 6 (seis) meses, os mesmos estiverem em bom estado de conservação, com a devida autorização da fiscalização.

7.7. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

8. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a publicação no Diário Oficial da União (DOU).

8.2. No início dos serviços, será feito o levantamento detalhado da situação de todos os equipamentos e instalações existentes nos imóveis e apresentado Relatório, elaborado através de editor de texto compatível com o utilizado pela Contratante, devidamente assinada pelo(s) responsável(eis) técnico(s) da Contratada, que deverá conter especificadas para cada conjunto de Itens:

- 8.2.1. Relação de equipamentos existentes nas instalações, indicando nome do fabricante, modelo, número de série, tipo, capacidade, tensões, corrente nominal e outros dados que se fizerem necessários à perfeita identificação dos equipamentos;
- 8.2.2. Relação de peças e materiais e quantidades mínimas, que devem ser mantidas em estoque, para atendimento às manutenções preventivas e corretivas objeto do levantamento (quantitativo estimado com base nas características dos equipamentos e experiência da Contratada na prestação de serviços) as expensas da Contratada, atendidas as características peculiares de prestação de serviços para as edificações;
- 8.2.3. Fichas históricas de todos os equipamentos, devidamente preenchidas para visto da Fiscalização;
- 8.2.4. Parecer dos engenheiros responsáveis técnicos da Contratada sobre a situação geral das instalações. A entrega do parecer deverá ser precedida do registro no CREA através de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica);

8.2.5. Do Relatório, deverá fazer parte a realização de inspeção em todas as instalações, no que couber às edificações, abrangendo, por exemplo, quadros elétricos, grupo motores-geradores, estabilizadores, equipamentos, instalações de água pluviais e hidrossanitárias, sistema de ar condicionado, ventilação e exaustão, etc.

9. DA VISTORIA

9.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2024-8722.

9.2. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

9.3. Assinado o contrato, a Contratada deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o projeto, buscando elucidar junto à Fiscalização, ao início dos trabalhos, toda e qualquer dúvida sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas.

9.4. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das presentes especificações não poderão, jamais, constituir pretexto para a Contratada cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á, inapelavelmente, a Contratada como altamente especializado nos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta todos os custos diretos e indiretos, de serviços, peças e insumos necessários à perfeita e completa consecução do objeto.

9.5. Assinado o contrato, a Contratada deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o projeto, buscando elucidar junto à Fiscalização, ao início dos trabalhos, toda e qualquer dúvida sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas.

9.6. A Fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc.

9.7. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

9.8. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

10.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

10.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.7.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.7.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.7.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.7.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.8. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato, nos termos do art. 34, §5º, d, I e §8º da IN SLTI/MPOG n. 02/2008.

10.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração.

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos necessários para executar os dos serviços, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

11.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

11.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

11.8. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes.

11.9. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços:

11.9.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

11.9.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

11.9.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.

11.9.4. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

11.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.11. Substituir, no prazo de 1 (uma) hora, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.

11.12. **Responsabilizar-se por todas as obrigações** trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

11.13. **Efetuar o pagamento dos salários dos empregados** alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

11.14. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.14.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

11.15. Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas §1º, do art. 19-A, da referida norma.

11.15.1. O montante dos depósitos da conta vinculada será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

11.15.1.1. 13º (décimo terceiro) salário;

11.15.1.2. Férias e um terço constitucional de férias;

11.15.1.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

11.15.1.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário, em conformidade com o grau de risco de acidente de trabalho e as alíquotas de contribuição previstas no art. 22, inciso II, da Lei no 8.212, de 1991 (Item 12 do Anexo VII da IN SLTI/MPOG n. 02/2008).

11.15.1.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo VII da IN SLTI/MPOG n. 2/2008.

11.15.2. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

11.15.3. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

11.15.4. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

11.15.5. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

11.15.5.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

11.15.5.2. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

11.15.5.3. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

11.15.6. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

11.16. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente.

11.17. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

11.18. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração.

11.19. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

11.20. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

11.20.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

- 11.20.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 11.20.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 11.21. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.
- 11.21.1. Para a realização do objeto da licitação, a Contratada deverá entregar declaração de que instalará escritório no Distrito Federal, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.
- 11.22. Apresentar à Fiscalização, formalmente, num prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato, e sempre que se fizer necessário, a capacitação profissional do corpo técnico que cumprirá as atividades previstas neste Termo de Referência.
- 11.23. Manter **preposto** nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato.
- 11.23.1. O preposto deverá supervisionar e conhecer as demandas da Contratante e ainda orientar os subordinados da Contratada;
- 11.23.2. O preposto deverá informar à Contratante um número de telefone fixo e um número de telefone móvel, ambos com prefixos da cidade de Brasília-DF, para ser acionado a qualquer momento do dia, quando necessário.
- 11.24. Manter Encarregado-Geral no local onde será executado o serviço, para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente alocado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do serviço, para correção de situações adversas e para o atendimento das reclamações e solicitações da Fiscalização.
- 11.25. Apresentar à Contratante, em **até 30 (trinta) dias corridos da assinatura do contrato**, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – **ART**, dos profissionais responsáveis pelos serviços objeto deste Termo de Referência devidamente registradas junto ao CREA.
- 11.26. Submeter à Contratante solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder a sua devolução, no prazo fixado pela Contratante.
- 11.27. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução dos serviços de forma a restaurar a condição anterior à intervenção da Contratada.
- 11.27.1. Caberá a Contratada o ônus da reconstituição das partes desnecessariamente danificadas, caracterizando má execução dos serviços.
- 11.28. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços.
- 11.29. Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços.
- 11.30. Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço.
- 11.31. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.
- 11.32. Informar à Fiscalização, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, filiação e os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação do serviço, inclusive daqueles designados pela Contratada para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado na Contratante.
- 11.33. Informar à Fiscalização, também para efeito de controle de acesso às suas dependências, todas as ocorrências de afastamento definitivo e novas contratações de empregados, devendo estas ser comunicadas até a data de início do trabalho num prazo de 24 horas.

- 11.34. Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal, os adicionais previstos em Lei, convenção coletiva ou dissídio coletivos da categoria profissional, bem como quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com este contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, declarado pela Contratada, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a Contratante.
- 11.35. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com eles, que tenha relacionamento ao contrato com a Contratante.
- 11.36. Registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade dos seus empregados, bem como as ocorrências nos locais dos serviços.
- 11.37. Arcar com o transporte e deslocamento de todo o material necessário à execução dos serviços.
- 11.38. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento das faturas mensais efetuados pela Contratante.
- 11.39. Providenciar no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato a apresentação e implantação do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, de todos os equipamentos e/ou sistemas prediais escopo do contrato. Em relação ao Sistema de Climatização deverão ser observados os termos da Portaria nº 3.523/GM do Ministério da Saúde.
- 11.40. Utilizar para o transporte e deslocamento de materiais somente os elevadores de serviço.
- 11.41. Assumir a responsabilidade e o ônus nos casos em que se fizer necessário a retirada dos equipamentos ou de seus componentes, para reparo em oficina externa.
- 11.42. Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio da Contratante, ou a terceiros em função de ação ou omissão de seus técnicos quando em realização de serviços nos locais de que trata este Termo de Referência.
- 11.43. Quando for o caso, submeter previamente à Fiscalização o orçamento dos materiais a serem aplicados, com todos os encargos e tributos, acompanhada de pelo menos 03(três) cotações de mercado.
- 11.44. Fornecer todos os itens necessários a execução dos serviços, tais como: material, equipamentos, ferramentas, mão de obra e outros, que se fizerem necessários para a perfeita execução dos serviços objeto deste edital.
- 11.45. Assegura à Contratante, por meio da sua área responsável pelas atividades de Manutenção, o direito de:
- 11.45.1. Exigir o cumprimento de todos os itens dos serviços deste Caderno;
 - 11.45.2. Examinar todos os materiais aplicados, antes de sua utilização, e decidir sobre a aceitação ou rejeição dos mesmos;
 - 11.45.3. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou fora das especificações e estipular o prazo para substituição por outro adequado;
 - 11.45.4. Solicitar imediata retirada do local, de Engenheiros, encarregados ou qualquer operário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente às exigências. Isto não deverá implicar em modificações de condições contratuais;
- 11.46. Prestar, quando solicitado pela Fiscalização, ou dentro da periodicidade prevista no Plano de Manutenção, serviço que envolva a medição e o monitoramento de dados físicos e climáticos, a análise de conforto térmico nos ambientes climatizados, o cálculo de cargas térmicas incidentes, a verificação do estado e a análise de capacidade e desempenho dos equipamentos, sistemas e instalações, a realização de ensaios e testes especializados, inclusive quanto à água gelada, ao óleo lubrificante dos compressores dos *chillers* e à qualidade do ar, bem como a apresentação de soluções técnicas que possibilitem as melhores condições de climatização do ar e automação das áreas e setores abrangidos pelo contrato, e, ainda, uma maior eficiência no consumo energético.
- 11.47. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.
- 11.48. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da Contratante.

11.49. Manter arquivo com toda a documentação relativa à execução dos serviços contratados, inclusive ao cumprimento de suas obrigações salariais, as Carteiras de Trabalho e Previdência Social, que quando solicitadas, deverão ser encaminhadas à Contratante.

11.50. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

11.51. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante.

11.52. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.53. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.54. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.55. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

11.56. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

11.56.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

11.57. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.58. Sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo a Administração Contratante utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos do art. 35, parágrafo único da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2008.

11.59. Apresentar, **mensalmente**, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, comprovantes por meio das cópias das folhas de pagamento ou contracheques etc., relativos aos empregados alocados na execução dos serviços contratados, bem como comprovante/guia de recolhimento dos tributos incidentes sobre esses serviços, observando-se no tocante ao INSS e ao FGTS, sem o que não serão liberados os pagamentos das respectivas faturas, e também:

11.59.1. cópia da folha de pagamento;

11.59.2. cópia autenticada das guias de recolhimento do INSS e do FGTS do mês antecedente, relativas aos empregados utilizados na prestação dos serviços;

11.59.3. cópia dos contracheques e dos recibos de entrega do vale-transporte, do vale-alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na convenção/acordo/sentença normativa de dissídio coletivo de trabalho e neste Termo, que devem estar devidamente datados e assinados pelos funcionários;

11.59.4. cópia dos pagamentos de férias, décimo terceiro salário e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias;

- 11.59.5. informações sociais/trabalhistas exigidas pela legislação, como RAIS, CAGED etc.,
- 11.59.6. comprovante, ao final do contrato ou em caso de rescisão, do pagamento das verbas rescisórias ou a realocação dos funcionários em outra atividade de prestação de serviços, sem interrupção do contrato de trabalho;
- 11.59.7. Cópia da apólice de seguro de acidentes de trabalho ou vida para seus empregados estipulados na convenção/acordo/sentença normativa de dissídio coletivo de trabalho e neste Termo;
- 11.59.8. Folhas de ponto relativas aos empregados utilizados na prestação dos serviços.

12. **DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL**

- 12.1. Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, atendendo as boas práticas de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante.
- 12.2. Os materiais básicos empregados pela Contratada deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.
- 12.3. A qualquer tempo a Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.
- 12.4. A Contratada deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das boas práticas de responsabilidade ambiental.
- 12.5. A Contratada deverá retirar, sob orientação da Fiscalização, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado pela Contratante, ou descarte.
- 12.6. Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados e acondicionados para descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.
- 12.7. A Contratada deverá estabelecer, em comum acordo com a Contratante, procedimentos e rotinas voltados ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica da edificação e de seus equipamentos.
- 12.8. A Contratada deverá apresentar à Contratante e, periodicamente e sempre que demandada, dados acerca do desempenho elétrico e hidráulico da edificação e de seus equipamentos, bem como informação a respeito das medidas adotadas para o incremento da eficiência dos mesmos.

13. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 13.1. É permitida a subcontratação parcial da empresa Ingersoll Rand, Indústria, Comércio e Serviços de Ar Condicionado, Ar Comprimido e Refrigeração Ltda., representante da *The Trane Company* no Brasil. Esta empresa é a única que executa, de forma exclusiva, o serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças originais da Trane, bem como monitoração remota e criação de diagnósticos das suas unidades, conforme consta no Atestado de Exclusividade no Anexo XIX – Compromisso de Contratação de Empresas Autorizadas por Fabricantes.
- 13.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20%(vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
 - 13.2.1. Para a execução de serviços eventuais, que exijam profissional especializado e que em razão da complexidade, não possam ser executados pela equipe permanente ou por funcionários da equipe eventual que já prestam serviços para a empresa.

13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13.4. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.

13.5. Para a eventual subcontratação de sistemas de maior complexidade, a exemplo do grupo gerador de energia elétrica e *No-break*, dentre outros, a subcontratada deverá comprovar que possui qualificação técnica adequada, inclusive em relação ao pessoal disponibilizado para execução dos serviços, podendo a Administração solicitar, caso entenda necessário, comprovação mediante apresentação de ART, relativas a serviços similares.

14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

15.1.1. A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. O fiscal de contrato terá livre acesso aos locais de trabalho da mão de obra da Contratada.

15.4. Cabe ao fiscal de contrato, no acompanhamento e na fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas com sua execução, comunicando à Contratada as providências necessárias à sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.

15.5. Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será fiscalizada por representante do Contratante, designado pela Divisão de Engenharia e Arquitetura – DEA, ao qual caberá a atestação das faturas dos serviços prestados. A análise prévia da documentação fiscal, trabalhista e previdenciária caberá à Divisão de Licitação e Contratos – DICON.

15.6. Sempre que necessário a Fiscalização poderá reprogramar as ordens de serviços preventivas e ou corretivas, a fim de atender ao interesse da Contratante.

15.7. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência

15.8. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

15.9. A ausência ou omissão da fiscalização da Contratante não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas neste contrato.

15.10. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.11. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008.

15.12. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.13. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.14. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações com dedicação exclusiva dos trabalhadores da Contratada, exigir-se-á, dentre outras, as comprovações previstas no §5º do art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008.

15.15. O fiscal do contrato também poderá solicitar ao preposto que forneça os seguintes documentos: a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante; b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante; c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato:

15.15.1. Tal solicitação será realizada periodicamente, por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.

15.15.2. Para tanto, conforme previsto neste Termo de Referência, a empresa deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção de tais informações, bem como oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

15.15.3. Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização.

15.16. O fiscal do contrato poderá solicitar ao preposto os documentos comprobatórios da realização do pagamento de vale-transporte e auxílio alimentação em nome dos empregados, relativos ao período de execução contratual, para fins de conferência pela fiscalização.

15.16.1. Tal solicitação será realizada periodicamente, inclusive por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.

15.17. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento

convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

15.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.20. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços ou em razão da dispensa de empregado vinculado à execução contratual, a Contratada deverá entregar no prazo de 5 dias a seguinte documentação pertinente a cada trabalhador: a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria; b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

15.21. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

16. HABILITAÇÃO TÉCNICA

Para a comprovação da Capacidade Técnica da Contratada serão exigidos:

16.1. Documentação relativa à Capacidade Técnico:

16.1.1. Declaração da Licitante de que apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que comprovem que possui, em seu quadro permanente, Responsável Técnico, responsável por cada área (civil, elétrica e mecânica) devidamente registrado no CREA, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço com características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência, dos serviços constantes na proposta, conforme art. 59, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

16.1.1.1. A comprovação do vínculo do Responsável Técnico deverá ser feita por meio de cópias das Carteiras de Trabalho ou fichas de Registro de Empregado que comprove a condição de que pertence ao quadro da Contratada, ou contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional ou ainda por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum.

16.1.2. Os profissionais indicados pela Contratada para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Contratante, conforme determina, em seu art. 30, § 10, a Lei nº 8.666/93.

16.1.3. Declaração da Licitante, sob assinatura do Representante da empresa, de que, sendo vencedora da Licitação, em até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do Contrato, apresentará à Contratante uma cópia autenticada da documentação que comprove o registro, junto ao CREA/DF, da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (art. 1º da Lei nº 6.496/1977).

16.2. Documentação relativa à Capacidade Técnico-Operacional:

16.2.1. Declaração da Licitante de que apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos referentes ao registro ou à inscrição da Licitante na entidade profissional competente (CREA), em plena validade, comprovando estar apta ao desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente Licitação, conforme art. 59, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

16.2.2. No mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da Licitante na prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência, contemplando, ao menos, os seguintes dados:

16.2.2.1. no mínimo, às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da proposta;

16.2.2.2. informações que permitam estabelecer, por proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas, comparação entre os serviços objeto deste Termo de Referência e os realizados em edificações não residenciais, com fornecimento de todo o material de reposição, observados os seguintes parâmetros:

- a) Operação e manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com capacidade instalada mínima de 2.000 KVA em edificações com área construída mínima de 10.000 m².
- b) Operação e manutenção de instalações hidrossanitárias prediais em edificações com área construída mínima de 10.000 m².
- c) Operação e manutenção de grupos geradores automáticos de energia elétrica de emergência, com capacidade unitária mínima de 500 KVA.
- d) Operação e manutenção de sistema de ar condicionado dotado de central de água gelada com máquinas tipo “Chiller” com compressor centrífugo e condensação a água, torres de resfriamento, bombas de água gelada e de condensação, ventiladores de ar primário, equipamentos “self-contained” e aparelhos de condicionamento de ar tipo “split”.
- e) Operação e manutenção de rede elétrica de tensão estabilizada e aterrada para computadores e periféricos, com no mínimo 1.500 pontos estabilizados e aterrados.
- f) Operação e manutenção de estabilizadores eletrônicos de tensão trifásicos, com potência unitária mínima de 75 KVA, e equipamentos no-break eletrônicos trifásicos, com potência unitária mínima de 5 KVA.
- g) Operação e manutenção de sistema de detecção, alarme e combate a incêndio, por meio de extintores portáteis, rede de hidrantes, rede de sprinklers e detector de fumaça, em edificações com área construída mínima de 10.000 m².
- h) Operação e manutenção de barramento Blindado (Bus-Way) com capacidade mínima de 1.000 Ampères.
- i) Execução de redes elétricas estabilizadas e aterradas, com no mínimo 200 pontos, incluindo estabilizadores, quadros elétricos e malha de aterramento exclusiva.

16.2.3. Será aceito o somatório de atestados para cumprir as exigências relativas aos itens definidos nas alíneas “a” a “i” acima.

16.2.4. Não será aceito o somatório de atestados para cumprir as exigências relativas às capacidades ou dimensões para alcançar os números definidos nas alíneas “a” a “i” acima.

16.3. Declaração da Licitante de que apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato, bem como disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

16.4. Declaração da Licitante de que, caso seja declarada vencedora da Licitação, manterá, em BRASÍLIA – DF, sede, filial ou representação dotada de infra-estrutura técnica adequada, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados.

16.5. Declaração, conforme modelo disponível no Anexo XVII deste Termo de Referência – Modelo de Declaração de Vistoria, de que a empresa vistoriou, por intermédio de seu Responsável Técnico, os locais e instalações da prestação dos serviços, tendo então pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a execução dos mesmos, bem como de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços, devendo tal vistoria ser realizada até 02 (dois) dias úteis antes da

data fixada para a sessão pública, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 17.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 17.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 17.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 17.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 17.1.5. cometer fraude fiscal;
- 17.1.6. não manter a proposta.

17.2. Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

- 17.2.1. não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;
- 17.2.2. deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

17.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 17.3.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 17.3.2. multa moratória de 0,2.% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 17.3.2.1. em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;
 - 17.3.2.2. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 17.3.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 17.3.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 17.3.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 17.3.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 17.3.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

17.4.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.4.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.4.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. **VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

18.1. A vigência da contratação será, inicialmente, de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do Contrato, podendo ser estendida, segundo a conveniência e o interesse da Contratante, por períodos sucessivos de até 12 (doze) meses, não extrapolando o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

19. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS OU ELEMENTOS CONSTITUTIVOS**

Fazem parte e integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

19.1. Anexo I – Características gerais dos Imóveis;

19.2. Anexo II – Rotina de Execução dos Serviços de Manutenção;

19.3. Anexo III – Procedimentos de Execução dos Serviços Eventuais;

19.4. Anexo IV – Equipe Técnica Permanente de execução dos Serviços Contínuos;

19.5. Anexo V – Equipamentos, Instrumentos e Ferramental Básicos;

19.6. Anexo VI – Peças e Materiais;

19.7. Anexo VII – Acordo de Níveis de Serviço;

19.8. Anexo VIII – Software de Gerenciamento de Manutenção – Fluxograma;

19.9. Anexo IX – Orçamento Estimado Anual de Custos de Mão de Obra para a Execução dos Serviços Contínuos;

19.10. Anexo X – Orçamento Estimado Anual de Custos para Peças e Materiais;

- 19.11. Anexo XI – Orçamento Estimado Anual de Custos de Mão de Obra para a Execução dos Serviços Eventuais;
- 19.12. Anexo XII – Modelo de Planilha de Custos e de Formação de Preços de Mão de Obra para Execução dos Serviços Contínuos (para preenchimento da Licitante);
- 19.13. Anexo XIII – Modelo de Planilha de Custos e de Formação de Preços de Mão de Obra para Execução dos Serviços Eventuais (para preenchimento da Licitante);
- 19.14. Anexo XIV – Modelo de Planilha de Custos e de Formação de Preços para Peças e Materiais (para preenchimento da Licitante);
- 19.15. Anexo XV – Quadro-Resumo do Valor Global dos Serviços e Materiais (para preenchimento da Licitante);
- 19.16. Anexo XVI – Quadro-Resumo do Valor Global Máximo Aceito pela PF para os Serviços e Materiais (para preenchimento da Licitante);
- 19.17. Anexo XVII – Modelo de Declaração de Vistoria;
- 19.18. Anexo XVIII – Orçamento Estimado Anual de Custos para Provisão de Serviços, Peças e Materiais;
- 19.19. Anexo XIX – Compromisso de Contratação de Empresas Autorizadas por Fabricantes.

Brasília-DF, 09 de junho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **HADRIENNE DA SILVA COELHO, Agente Administrativo**, em 09/06/2017, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **OMAR GABRIEL HAJ MUSSI, Diretor(a)**, em 09/06/2017, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBERVAL RE VICALVI, Coordenador-Geral**, em 13/06/2017, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3398716&infra_sistema=100...)



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **2534761** e o código CRC **1A1E5D59**.

Referência: Processo nº 08200.012102/2016-07

SEI nº 2534761